Guia 1

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Curso De Turismo

Ana Carolina Luciana Ferreira
Gleiciane Augusta da Silva de Rezende

ENTRE O TOMBAMENTO E O ESQUECIMENTO: A TRAJETÓRIA CAMIG EM MATIAS BARBOSA E OS EFEITOS DO DESTOMBAMENTO

JUIZ DE FORA- MG
2026

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Curso De Turismo

Ana Carolina Luciana Ferreira
Gleiciane Augusta da Silva de Rezende

ENTRE O TOMBAMENTO E O ESQUECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA CAMIG EM MATIAS BARBOSA E OS EFEITOS DO DESTOMBAMENTO

Artigo científico apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Guilherme Augusto Pereira Malta

JUIZ DE FORA- MG
2026

Resumo

Este trabalho analisa a trajetória do prédio da Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), localizado em Matias Barbosa, MG, bem como os desdobramentos de seu tombamento em 2016 e posterior destombamento em 2023. O imóvel, que possui relevância histórica, arquitetônica e simbólica para a cidade, foi reconhecido oficialmente como patrimônio cultural com a finalidade de preservar sua memória e possibilitar seu uso como espaço cultural. Entretanto, a retirada da proteção ocorreu de forma controversa, sem embasamento técnico consolidado e sem participação efetiva da sociedade civil, evidenciando fragilidades na política patrimonial do município.

A pesquisa tem como objetivo compreender os impactos desse processo sobre a gestão cultural, a memória coletiva e as possibilidades de valorização turística do bem. Para tanto, adota abordagem qualitativa, com análise documental, revisão bibliográfica, observações diretas e entrevistas semiestruturadas com moradores. Busca-se identificar percepções comunitárias, efeitos simbólicos e práticos do destombamento e os desafios enfrentados pelo poder público na preservação de bens culturais em cidades de pequeno porte.

Os resultados esperados apontam para a necessidade de maior articulação entre políticas de preservação, participação social e estratégias de turismo cultural, de modo a assegurar que imóveis de relevância histórica, como a CAMIG, sejam integrados à vida cultural e ao desenvolvimento local.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; CAMIG; Tombamento; Destombamento; Memória coletiva; Gestão cultural; Turismo cultural.

Abstract

This study analyzes the trajectory of the Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG) building, located in Matias Barbosa, MG, as well as the developments surrounding its heritage listing in 2016 and subsequent delisting in 2023. The building, which holds historical, architectural, and symbolic significance for the city, was originally protected as cultural heritage with the aim of preserving its memory and enabling its use as a cultural space. However, the removal of its protection occurred in a controversial manner, without consistent technical justification and without effective civil society participation, highlighting weaknesses in the local heritage policy.

The research aims to understand the impacts of this process on cultural management, collective memory, and the potential for cultural tourism. A qualitative approach was adopted, including document analysis, bibliographic review, direct observation, and semi-structured interviews with local residents. The study seeks to identify community perceptions, symbolic and practical consequences of the delisting, and the challenges faced by small municipalities in safeguarding cultural assets.

The expected results point to the need for greater articulation between preservation policies, social participation, and cultural tourism strategies, ensuring that historically significant buildings such as CAMIG are integrated into cultural life and contribute to local development.

Keywords: Cultural heritage; CAMIG; Listing; Delisting; Collective memory; Cultural management; Cultural tourism.

1. Introdução

A valorização do patrimônio cultural é essencial para o fortalecimento da identidade local e para o desenvolvimento do turismo, entendido aqui como uma prática intrinsecamente cultural. Em municípios de pequeno porte, contudo, a preservação desses bens enfrenta desafios como a falta de recursos, a descontinuidade de políticas públicas e a limitada participação da sociedade civil nos processos de decisão. Nesse contexto, as ações de tombamento e destombamento de imóveis históricos podem revelar conflitos entre interesses políticos, econômicos e culturais.

O edifício da Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), localizado em Matias Barbosa, na Zona da Mata Mineira, reflete claramente essas questões. O imóvel possui grande importância histórica, arquitetônica e simbólica, estando associado ao desenvolvimento econômico da cidade, especialmente durante o ciclo da cafeicultura, entre os séculos XIX e XX. Tombado em 2016 pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, o prédio foi reconhecido como parte significativa da memória coletiva local e destinado a abrigar atividades culturais. Entretanto, o destombamento realizado em 2023, sem justificativas técnicas consolidadas e sem consulta pública, gerou controvérsias e evidenciou fragilidades na política patrimonial do município.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender de forma aprofundada como o tombamento e o destombamento da CAMIG refletem as fragilidades das políticas patrimoniais no município. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de tombamento e posteriormente o destombamento do prédio, investigando seus principais impactos sobre a valorização patrimonial e a gestão cultural no município de Matias Barbosa, com ênfase nas consequências práticas e simbólicas para uso e preservação do imovel.

Como objetivos específicos, esta pesquisa propõe, em primeiro lugar, investigar o histórico do prédio da Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), analisando seu papel na

formação cultural, econômica e social do município de Matias Barbosa. Busca também compreender os fundamentos legais, políticos e sociais que motivaram o tombamento do imóvel, bem como analisar as circunstâncias que levaram ao seu posterior destombamento, destacando a ausência de embasamento técnico e de participação social nesse processo. Além disso, objetiva-se analisar os efeitos do destombamento sobre a memória coletiva, a identidade local e o sentimento de pertencimento da comunidade, a partir de pesquisas de opinião informal com moradores e pessoas ligadas à cultura local. A pesquisa pretende ainda avaliar as consequências práticas e simbólicas da perda da proteção patrimonial sobre o prédio da CAMIG, especialmente no que se refere às suas potencialidades culturais e turísticas, considerando que, embora o espaço tenha sediado atividades culturais após o tombamento, ele não foi incluído em propostas formais de desenvolvimento turístico e acabou sendo desvalorizado por gestões que não priorizaram a cultura. Por fim, busca-se refletir sobre os desafios e limites enfrentados pelo município na gestão e preservação de bens patrimoniais, tomando o caso da CAMIG como um exemplo das fragilidades das políticas públicas locais.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com base em análise documental, revisão bibliográfica, observações diretas e aplicação de um questionário online destinado aos moradores de Matias Barbosa. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois moradores mais velhos da cidade, um deles ex-secretário de Cultura, permitindo compreender o tema sob a perspectiva de quem vivenciou de perto o uso e a transformação do prédio ao longo das décadas.

Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento das políticas de preservação patrimonial e para o reconhecimento do turismo cultural como instrumento de valorização da história local e de promoção do desenvolvimento sustentável em Matias Barbosa.

2. Referencial teórico

2.1 Patrimônio Cultural: construção, significados e evolução

A noção de patrimônio tem origem no Direito Romano, quando o termo *patrimonium* designava a “herança do pai”, limitada aos bens materiais transmitidos dentro da família, como terras e propriedades (SANT’ANNA, 2009). Com o passar do tempo, esse sentido restrito foi se transformando. A partir do século XIX, o conceito passou a abranger bens de

interesse público, reconhecendo-se o valor de monumentos, obras de arte e paisagens naturais como parte da herança coletiva (CHAGAS, 2003).

Essa mudança representou uma virada na forma como a sociedade percebe o passado, superando a ideia de patrimônio apenas como bem privado e material. O século XX consolidou essa ampliação, especialmente com a atuação da UNESCO, que reconheceu três grandes categorias: o patrimônio material, que inclui edifícios, sítios arqueológicos e objetos; o patrimônio natural, que engloba paisagens e ecossistemas de valor excepcional; e o patrimônio imaterial, que envolve saberes, práticas, festas e tradições de um povo (UNESCO, 1972; 2003).

A valorização do imaterial marcou a passagem de uma visão monumental para uma compreensão mais próxima do cotidiano. Como destaca Choay (2006), o patrimônio deixou de ser apenas o extraordinário e passou a incluir aquilo que expressa o modo de vida das comunidades. Nesse sentido, o patrimônio é uma construção social que dá forma à memória coletiva (HALBWACHS, 2006).

O caso da antiga CAMIG, em Matias Barbosa, ilustra essa transformação: de espaço industrial e produtivo, o prédio passou a ser reconhecido como símbolo da história local e da identidade dos trabalhadores, representando o patrimônio do trabalho e da memória da cidade.

2.2 Patrimônio e Legislação Brasileira

No Brasil, a política de preservação foi institucionalizada com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937. Inicialmente, a proteção era voltada apenas a bens materiais e monumentais, refletindo o contexto da época e a influência do modelo europeu (ANDRADE, 1937).

A Constituição Federal de 1988, entretanto, representou um marco ao ampliar o conceito de patrimônio cultural, incluindo bens imateriais e prevendo a participação da sociedade civil na preservação (BRASIL, 1988). O artigo 216 define o patrimônio como o conjunto de bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Essa mudança legal consolidou a ideia de que preservar é também um direito à memória e à identidade. O tombamento do prédio da CAMIG, realizado em 2016, se insere nesse

contexto de valorização do patrimônio local. No entanto, o processo posterior de destombamento revela as fragilidades das políticas de preservação em municípios de pequeno porte, onde os instrumentos legais nem sempre se traduzem em ações efetivas de gestão e conservação.

2.3 Políticas Públicas e Preservação em Cidades de Pequeno Porte

As políticas públicas de preservação têm papel fundamental na manutenção da memória e da identidade coletiva, mas enfrentam grandes desafios em cidades pequenas. A ausência de equipes técnicas especializadas, a falta de recursos financeiros e a descontinuidade administrativa dificultam a aplicação das diretrizes de proteção (ROCHA; CUNHA, 2018).

Entre os mecanismos de incentivo, destaca-se o ICMS Patrimônio Cultural, que repassa recursos aos municípios conforme o desempenho na proteção e valorização de bens culturais. Apesar de sua importância, muitos municípios não conseguem aproveitar plenamente esse instrumento por falta de planejamento ou de estrutura administrativa adequada.

Mais do que uma obrigação legal, a política patrimonial deve ser compreendida como uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Quando articulada a políticas de cultura e turismo, ela pode gerar benefícios sociais, culturais e econômicos, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o orgulho local (BENI, 2001; LEME, 2010).

O caso da CAMIG demonstra o potencial de transformação que o patrimônio pode ter para a comunidade, mas também evidencia como a falta de continuidade política e de integração entre setores culturais e turísticos pode levar ao abandono e à perda de referências identitárias importantes.

2.4 Patrimônio, Identidade e Desenvolvimento Local

O patrimônio cultural é uma expressão concreta da identidade e da memória coletiva, pois conecta o passado às experiências do presente (CASTRO, 2011). A sua preservação estimula o reconhecimento das raízes locais e fortalece o sentimento de pertencimento, elementos essenciais para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento cultural.

Em municípios de pequeno porte, o patrimônio pode ser um importante vetor de desenvolvimento, especialmente quando é reintegrado à vida social por meio de usos culturais, turísticos ou educativos. Em Matias Barbosa, a antiga CAMIG representa esse elo entre memória e identidade: além de marcar o período de industrialização e trabalho,

simboliza as vivências e os laços comunitários construídos em torno dela. Reaproveitar esse espaço como equipamento cultural seria uma forma de unir preservação, valorização da memória e desenvolvimento sustentável.

3. Metodologia

3.1 Natureza da pesquisa: qualitativa, exploratória e descritiva

Foi feita uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender o processo de tombamento e destombamento do prédio da CAMIG, bem como seus impactos sociais, culturais e turísticos em seu município, assim como as fragilidades institucionais políticas públicas de preservação obtidas por meio do questionário online e das entrevistas. A abordagem qualitativa é adequada para interpretar os significados, valores e percepções relacionados ao patrimônio cultural, à memória e à identidade local. Esse método permite compreender as percepções da comunidade, os impactos do destombamento e propor caminhos para a revalorização e preservação do imóvel.

Inicialmente foi realizada uma análise do dossiê de tombamento da CAMIG, considerando como fonte primária essencial para a compreensão dos motivos que fundamentaram o tombamento e, posteriormente, o destombamento do bem. Também serão consultados documentos oficiais, como legislações, pareceres técnicos, atas de reuniões do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e outras normativas pertinentes como outros materiais como obras, artigos e publicações acadêmicas que abordem temas relacionados ao patrimônio cultural, políticas públicas de preservação, memória social, identidade local e turismo cultural. Essa etapa visa embasar teoricamente o estudo, oferecendo um entendimento aprofundado sobre os conceitos e debates em torno do patrimônio cultural e suas implicações sociais e políticas.

Foram realizadas visitas ao prédio da ,CAMIG com o objetivo de observar sua situação atual, registrar por meio de fotografias e analisar sua inserção no contexto urbano. A partir dessa observação, foi possível avaliar a infraestrutura turística do local de pesquisa, situado em Matias Barbosa, entendendo suas condições e seu potencial para o uso cultural e turístico. A coleta de dados aqui se deu por meio de registros visuais e observações in loco, permitindo uma análise direta do estado do imóvel e seu entorno.

Uma pesquisa de opinião foi conduzida com moradores e pessoas ligadas à comunidade local. O objetivo é compreender percepções sobre a importância da CAMIG, as reações ao seu destombamento e as possibilidades futuras para o uso do espaço. As entrevistas foram realizadas de maneira espontânea e não estruturada, sem a aplicação de questionários formais ou coleta de dados sensíveis.

4. Contexto Histórico da CAMIG

O edifício conhecido como "prédio da CAMIG" é um dos marcos mais importantes do centro urbano de Matias Barbosa. Localizado em um dos principais quarteirões da cidade, ele se entrelaça à história local e à memória coletiva dos habitantes, especialmente pela forte ligação com o ciclo do café, atividade que impulsionou o desenvolvimento econômico da região entre os séculos XIX e XX.

Originalmente, o prédio foi construído para atender as demandas do beneficiamento e armazenagem do café produzido nas fazendas locais, em especial a Fazenda Monte Alegre, uma das pioneiras no cultivo da rubiácea na região. Com o passar dos anos, o espaço passou por diferentes proprietários e usos, acompanhando as transformações econômicas e sociais do município.

Ao longo do século XX, o edifício abrigou diversas instituições, como o Engenho Manoel Barbosa, a Companhia Brasileira de Moagem e Torrefação e, posteriormente a Cooperativa de Cafeicultores da Zona de Juiz de Fora, que utilizava como armazém e centro de beneficiamento de grãos. Em 1980, o imóvel passou a pertencer a Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), criada pela Lei Estadual n° 1.716/1957, sendo utilizado principalmente como depósito e estrutura de apoio à produção agrícola regional.

Com a desativação da companhia no início da década de 1990, o prédio foi desocupado e, posteriormente, desapropriado pela Prefeitura Municipal. Desde então, tornou-se objeto de debate público, sendo alvo de inúmeros projetos e expectativas quanto ao uso. O jornal local MB Noticias registrava, na época, tanto o entusiasmo da população quanto a frustração diante da lentidão dos processos administrativos e da falta de recursos para revitalizar o espaço.

Mesmo enfrentando anos de abandono e degradação física, o prédio nunca deixou de ser uma referência simbólica para os moradores. Ele representava não apenas uma construção antiga, mas também um testemunho da trajetória de trabalho, prosperidade e transformação que moldou a identidade matiense.

Com o passar dos anos, diferentes gestões municipais promoveram pequenas reformas, como a recuperação da fachada e a utilização parcial do edifício para repartições públicas, eventos culturais e feiras. Essas intervenções, ainda que pontuais, contribuíram para manter viva a presença do imovel na vida cotidiana da cidade.

A relevância histórica, social e arquitetônica do prédio da CAMIG fez com que ele se consolidasse como um símbolo de resistência da memória local, o que motivou o início dos debates para o seu tombamento em meados da década de 2010.

As imagens a seguir auxiliam na compreensão da localização, da configuração espacial e dos elementos arquitetônicos do prédio da CAMIG, em diálogo com o contexto histórico apresentado.



Figura 1

Localização do prédio da CAMIG no município de Matias Barbosa (MG)


Figura 2

Prédio da Camig , mesmo sendo uma fotografia atual, a imagem contribui para a compreensão de uma pequena parte do prédio


Figura 3

A figura 3, apresenta parte do interior do prédio da CAMIG, com destaque para os arcos de passagem, relacionados ao contexto histórico do edifício.

PROCESSO DE TOMBAMENTO DE BEM MATERIAL - CAMIG

O tombamento do prédio da antiga Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG) configura-se como um ato administrativo do poder público municipal, por meio do qual se reconheceu oficialmente o valor histórico, cultural, arquitetônico e simbólico do imóvel, assegurando-lhe proteção legal enquanto bem integrante do patrimônio cultural de Matias Barbosa. Trata-se de um instrumento jurídico previsto na legislação brasileira de preservação patrimonial, utilizado para garantir a conservação de bens considerados relevantes para a memória coletiva e para a identidade local.

No caso da CAMIG, o processo de tombamento ocorreu após um período prolongado de uso parcial do edifício e de tentativas não concretizadas de revitalização do espaço. A iniciativa foi impulsionada por demandas da sociedade civil e conduzida institucionalmente pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), com apoio técnico da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) PermeAr. Os estudos técnicos tiveram início em 2014 e fundamentaram a avaliação do imóvel a partir de seus valores históricos, arquitetônicos e simbólicos, considerando sua relação direta com o desenvolvimento econômico do município durante o ciclo da cafeicultura.

À época do tombamento, o COMPAC era presidido por Geraldo Nascimento, então Secretário Municipal de Cultura. Embora não tenham sido identificados, nos documentos analisados, dados completos sobre a composição do Conselho naquele período, a presidência exercida pelo secretário de Cultura evidencia o vínculo direto do processo de tombamento com as políticas culturais municipais vigentes naquele momento.

Os pareceres técnicos elaborados no âmbito do processo destacaram o prédio da CAMIG como um dos últimos testemunhos materiais do período de expansão cafeeira em Matias Barbosa, além de sua relevância enquanto marco da paisagem urbana e da memória social local. Sob essa perspectiva, o imóvel pode ser compreendido como um exemplo de patrimônio industrial e agroindustrial, categoria historicamente pouco valorizada nas políticas de preservação, mas fundamental para a compreensão dos processos produtivos e sociais que moldaram o território.

Como resultado desses estudos, foi publicado o Decreto Municipal nº 2.399, de 2 de dezembro de 2016, que oficializou o tombamento do edifício e determinou sua inscrição no Livro do Tombo nº 008/2016, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.260/2014, responsável por instituir a política de proteção ao patrimônio cultural no município.

O tombamento foi interpretado por parte da comunidade como uma oportunidade de preservação e requalificação do imóvel, gerando expectativas quanto à sua reutilização para fins culturais. Entre as propostas discutidas à época, destacava-se a criação de um Centro Cultural, destinado à realização de atividades artísticas, educativas e de valorização da memória local. No entanto, apesar do

reconhecimento legal do bem, a efetivação dessas propostas esbarrou em limitações estruturais e financeiras, evidenciando as fragilidades das políticas públicas de preservação em municípios de pequeno porte.

Ainda assim, o tombamento da CAMIG representou um avanço simbólico e institucional no campo da preservação patrimonial em Matias Barbosa. O ato expressou o reconhecimento formal da importância do edifício enquanto referência histórica e identitária, ao mesmo tempo em que revelou os desafios enfrentados pelo poder público local para transformar o reconhecimento legal em ações concretas de conservação, gestão e uso social do patrimônio.

O DESTOMBAMENTO DA CAMIG

Poucos anos após o tombamento, o prédio da antiga Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG) voltou a ser objeto de debates no âmbito da administração pública municipal e do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC). O que havia sido reconhecido, em 2016, como um avanço na política de preservação local passou a integrar uma nova agenda institucional, culminando no cancelamento de sua proteção legal.

O destombamento constitui, assim como o tombamento, um ato administrativo do poder público, previsto na legislação patrimonial, que pode ocorrer quando se entende que o bem deixou de atender aos critérios que fundamentaram sua proteção. No entanto, trata-se de um instrumento controverso, sobretudo quando aplicado a bens de forte valor simbólico e histórico, uma vez que seus efeitos ultrapassam a esfera legal, alcançando dimensões sociais, culturais e territoriais.

No caso da CAMIG, o processo de destombamento foi conduzido de forma restrita ao âmbito institucional, sem ampla divulgação pública ou mecanismos formais de consulta à população, como audiências públicas ou debates abertos. Essa condução fez com que parte significativa dos moradores tomasse conhecimento da retirada da proteção apenas tempos depois de sua efetivação. Os dados obtidos por meio do questionário aplicado nesta pesquisa corroboram essa percepção, ao indicarem que uma parcela dos respondentes desconhecia que o prédio havia sido oficialmente destombado.

De acordo com o parecer técnico apresentado ao COMPAC, o destombamento teria sido motivado pela suposta perda de características originais do imóvel, como alterações na volumetria e em elementos construtivos, além da alegação de subutilização do espaço frente a novas demandas urbanas e administrativas do município. Esses argumentos refletem uma leitura predominantemente técnica e funcional do edifício, centrada em aspectos físicos e operacionais.

Contudo, do ponto de vista da preservação patrimonial, tais justificativas revelam limitações importantes. O tombamento não se fundamenta exclusivamente na integridade arquitetônica, mas

também nos valores históricos, simbólicos e sociais atribuídos ao bem. Nesse sentido, a CAMIG permanece fortemente associada à memória coletiva local, sendo reconhecida por diversos moradores como um marco do desenvolvimento econômico de Matias Barbosa e como espaço de vivências culturais, artísticas e comunitárias ao longo do tempo.

O cancelamento da inscrição do imóvel no Livro do Tombo representou, portanto, não apenas a retirada de sua proteção jurídica, mas também uma ruptura com um processo de valorização patrimonial que vinha sendo construído desde 2014, quando se intensificaram as iniciativas voltadas à preservação cultural no município. Esse episódio evidencia a fragilidade institucional das políticas de patrimônio em cidades de pequeno porte, marcadas pela descontinuidade administrativa e pela dependência das prioridades políticas de cada gestão.

Além disso, a ausência de mecanismos participativos no processo de destombamento reforça um problema recorrente na gestão do patrimônio cultural local: a limitação da participação social nas decisões que envolvem bens de uso e significado coletivo. Embora não se possa afirmar que toda a comunidade tenha se posicionado contrariamente ao destombamento, as manifestações públicas, os comentários em redes sociais e a mobilização por meio de abaixo-assinados indicam que o tema se tornou objeto de debate e controvérsia no espaço público.

Atualmente, o prédio da CAMIG permanece fisicamente existente, porém desprovido de proteção legal. Sua permanência no imaginário local, entretanto, demonstra que o valor patrimonial de um bem não se esgota nos instrumentos jurídicos que o reconhecem, mas se sustenta também na memória, no afeto e no significado social atribuídos pela população. O caso da CAMIG evidencia, assim, que a preservação do patrimônio cultural depende não apenas de decretos formais, mas de continuidade política, transparência institucional e reconhecimento coletivo de seu valor histórico e cultural.

5. Análise: Impactos do destombamento

5.1 Fragilidades institucionais e políticas públicas de preservação

Os dados obtidos por meio do formulário online aplicada a 36 moradores de Matias Barbosa revelam a forte ligação afetiva da comunidade com o prédio da antiga Companhia Agrícola de Minas Gerais. Observa-se que a maioria dos participantes (77,4%) sempre morou no município, e 12,9% residem há mais de 20 anos, o que demonstra um profundo vínculo com a história e o desenvolvimento local. Esse fator reforça que a memória coletiva da população está intimamente associada aos espaços históricos que marcam o cotidiano da cidade.

Apesar dessa relação de pertencimento, os resultados indicam uma percepção crítica em relação à atuação do poder público na área da cultura e do patrimônio. Embora 100% dos respondentes afirmaram conhecer o prédio da CAMIG, apenas 69,4% tinham conhecimento de que o imovel foi tombado e, posteriormente, destombado, enquanto 30,6% desconheciam completamente esse processo. Esse dado evidencia uma falha na comunicação institucional e na transparência dos processos de gestão patrimonial, já que decisões dessa natureza deveriam envolver a comunidade de forma participativa.

Quando questionados sobre a condução das últimas gestões municipais, 55,6% dos moradores afirmaram discordar da forma como a CAMIG foi deixada de lado, e apenas 11,1% disseram concordar totalmente com a condução do poder público. Outras respostas descritivas reforçam essa percepção, classificando a situação como “lamentável”, “resultado de descaso” e “grande perda para o setor de cultura”. Essas observações mostram o descontentamento coletivo diante da ausência de políticas públicas de valorização e manutenção do patrimônio, o que revela uma fragilidade institucional clara: o distanciamento entre o poder público e a sociedade civil na gestão cultural. Essa realidade relaciona as reflexões de Rocha e Cunha (2018), que apontam que, em municípios de pequeno porte, a falta de estrutura administrativa, a escassez de equipes técnicas especializadas e a descontinuidade das gestões comprometem a efetividade das políticas de preservação patrimonial. Segundo os autores, a ausência de planejamento de longo prazo e de participação social tende a fragilizar a proteção dos bens culturais, tornando-os vulneráveis a decisões políticas circunstanciais.

5.2 Repercussões culturais e simbólicas na comunidade

O destombamento da antiga CAMIG gerou um sentimento coletivo de perda entre os moradores de Matias Barbosa, evidenciando o quanto o prédio está enraizado na memória afetiva da população. A edificação não representa apenas uma estrutura física, mas um símbolo do desenvolvimento econômico e social da cidade, além de um marco da identidade local. Para muitos habitantes, especialmente os mais velhos, o prédio remete a um tempo de prosperidade e convivência comunitária, quando o espaço abrigava eventos culturais, feiras e apresentações artísticas.

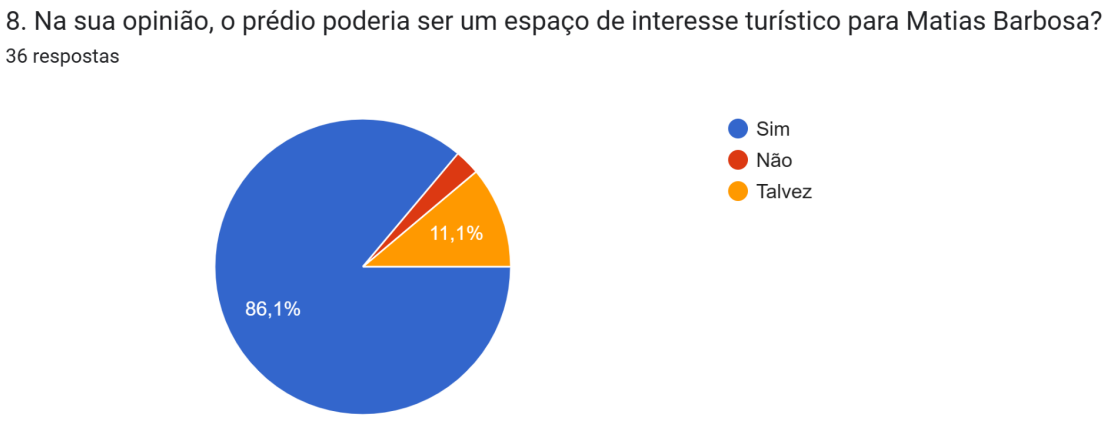
Embora grande parte da população manifeste insatisfação com o destombamento, é importante reconhecer que há também moradores que defendem a medida, como observado nos comentários e repercussões em publicações relacionadas ao abaixo-assinado divulgado nas redes sociais.

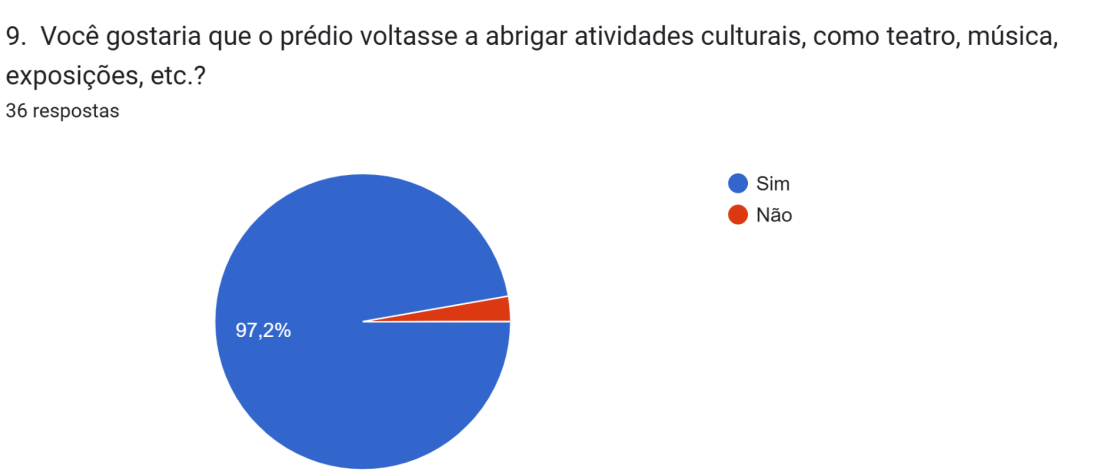
Nas entrevistas realizadas, os participantes destacaram que o edifício é um dos pontos mais representativos da história local, associando-o diretamente ao crescimento econômico de Matias

Barbosa durante o ciclo do café e ao cotidiano da cidade. As falas revelam não apenas o reconhecimento de seu valor histórico, mas também uma profunda indignação diante da negligência das últimas gestões públicas. Um dos entrevistados, ex-secretário de Cultura, classificou o destombamento como “um ato feito na surdina”, sem consulta à população, enquanto outro reforçou que “a população não aceita demolir algo que faz parte da história do município”.

Essas percepções revelam que, para a comunidade, o patrimônio ultrapassa a função estética ou arquitetônica, ele é um símbolo de pertencimento e resistência cultural. A ausência de diálogo com a população no processo de destombamento fragilizou a relação entre poder público e comunidade, rompendo um vínculo que deveria ser de construção conjunta da memória coletiva.

Além disso, os dados da pesquisa de opinião reforçam esse sentimento: 97,2% dos participantes afirmaram que gostariam que o prédio voltasse a abrigar atividades culturais, e 86,1% acreditam que ele poderia se tornar um espaço de interesse turístico.





Esses resultados demonstram o forte apego simbólico da população à CAMIG e o desejo de ver o espaço novamente integrado à vida cultural e social da cidade.

Portanto, as repercussões culturais do destombamento vão além da perda de um bem material: representam o enfraquecimento de uma memória coletiva e o distanciamento entre as políticas públicas e o sentimento de identidade local.

5.3 Ausência da CAMIG no inventário turístico e perda de potencial cultural

Os resultados obtidos na pesquisa de opinião evidenciam uma contradição significativa entre a percepção popular e as ações institucionais do município. Embora 86,1% dos respondentes considerem que o prédio da antiga CAMIG possui potencial turístico e 97,2% desejem que o espaço volte a abrigar atividades culturais, o imóvel permanece ausente do inventário turístico municipal e, após o destombamento, deixou de integrar oficialmente o conjunto de bens protegidos de Matias Barbosa.

Essa ausência tem implicações diretas na perda de visibilidade e de acesso a políticas de fomento. Sem o reconhecimento formal, o edifício deixa de ser contemplado por instrumentos de incentivo, como o ICMS Patrimônio Cultural, e perde prioridade em projetos de revitalização e promoção turística. Isso enfraquece não apenas sua conservação física, mas também o potencial de uso social e educativo que o espaço representa.

As respostas abertas do questionário reforçam o entendimento coletivo de que o prédio poderia desempenhar um papel central na dinamização do turismo cultural do município. Entre as sugestões apresentadas, destacam-se propostas para a criação de museus, centros culturais, teatros, cinemas, espaços para feiras, cursos de turismo e festivais culturais. Muitos moradores também mencionaram o desejo de que o local abrigue exposições históricas sobre a cidade, contribuindo para a preservação da memória local e para a formação de uma identidade turística própria.

O fato de que a população reconhece na CAMIG um potencial que o poder público não incorpora ao planejamento turístico revela um descompasso entre a gestão institucional e o sentimento comunitário. Essa lacuna impede que o patrimônio seja utilizado como instrumento de desenvolvimento, reduzindo a atratividade cultural do centro urbano e o envolvimento dos moradores com o turismo local.

Portanto, a exclusão da CAMIG do inventário turístico representa não apenas a perda de um registro administrativo, mas a interrupção de uma oportunidade estratégica para Matias Barbosa consolidar uma rota de turismo de memória e identidade. O reconhecimento do prédio como ativo cultural e turístico seria essencial para reverter o processo de esvaziamento simbólico causado pelo destombamento e para fortalecer a relação da comunidade com sua própria história.

5.4 Discussão sobre alternativas de reuso e revitalização

A análise dos dados coletados, tanto nas entrevistas quanto no questionário, evidencia um consenso entre os moradores quanto à necessidade de reaproveitamento da antiga CAMIG. Para a comunidade, o prédio não deve ser demolido nem esquecido, mas ressignificado como um espaço ativo de cultura, memória e convivência social.

As sugestões de uso apresentadas pelos participantes apontam caminhos concretos para sua revitalização: criação de um museu histórico sobre Matias Barbosa e a cafeicultura, instalação de um centro cultural com teatro, cinema e salas de exposições, além de feiras, oficinas e eventos voltados à arte, à música e ao turismo local. Essas propostas demonstram uma compreensão madura por parte da população de que o patrimônio só adquire sentido quando integrado à vida cotidiana e às experiências coletivas.

De acordo com as entrevistas, moradores mais antigos associam a CAMIG a um período de grande vitalidade econômica e cultural do município. Para eles, a reativação do prédio significaria também uma forma de reconectar o presente à memória de um passado produtivo e comunitário. Essa perspectiva está alinhada com os princípios da reutilização adaptativa, defendidos por autores como Choay (2006) e Sant'Anna (2015), segundo os quais a preservação patrimonial deve priorizar o uso social e contemporâneo dos bens, garantindo sua sustentabilidade e relevância pública.

Contudo, o reuso do imóvel depende de planejamento técnico e articulação política. O município precisaria reestabelecer parcerias com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e explorar mecanismos de financiamento, como o ICMS Patrimônio Cultural e editais estaduais e federais voltados à cultura. Além disso, a participação comunitária, que já se mostrou expressiva nesta pesquisa, deve ser incorporada como elemento permanente nas decisões sobre o destino do prédio, assegurando que o uso futuro reflita os interesses e a identidade da população.

A revitalização da CAMIG também poderia desempenhar papel estratégico no turismo de base cultural, criando um polo de visitação integrado a outras referências históricas de Matias Barbosa, como a Igreja do Rosário e a antiga Estação Ferroviária. Um projeto de requalificação bem estruturado poderia transformar o edifício em um símbolo de pertencimento e desenvolvimento sustentável, capaz de articular cultura, educação e turismo em torno de um mesmo eixo de valorização patrimonial.

Dessa forma, as alternativas de reuso apresentadas pela comunidade não representam apenas sugestões de ocupação do espaço, mas indicam uma demanda social por memória, identidade e oportunidades culturais, reafirmando que o destino da CAMIG está diretamente ligado à reconstrução do vínculo entre o poder público e a história viva de Matias Barbosa.

Embora muitas das atividades mencionadas pelos moradores estejam associadas às artes, é importante compreender que tais práticas fazem parte de um conceito ampliado de cultura, entendido como o conjunto de símbolos, usos, práticas sociais e formas de expressão que estruturam a vida cotidiana da comunidade.

6. Considerações finais

Nosso trabalho teve como objetivo investigar e analisar o processo de tombamento (2016) e do seu destombamento que ocorreu em (2023), do prédio da Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), localizado em Matias Barbosa (MG) e buscar compreender os seus impactos sobre a memória coletiva, assim como sobre a gestão cultural e turístico, como também sobre como as políticas públicas de preservação em municípios de pequeno porte, como por exemplo Matias que foi nosso objeto de pesquisa.

Com base na nossa pesquisa e com as entrevistas podemos notar que o prédio da Camig ainda continua vivo na lembrança daqueles que residem lá há muito tempo e que para muitos, ele é um marco da identidade local e um espaço que poderia voltar a abrigar atividades culturais e educativas, e para outros fins de lazer que sejam voltadas para a população, mostrando que o valor desse patrimônio vai muito mais além de apenas concreto e tijolos mas sim de significado que ele carrega.

Das pessoas que participaram da pesquisa, eles mostraram interesse em ver o espaço ocupado, o caso da Camig reforça a necessidade de incluir a cultura e o turismo, incluindo também a preservação colaborativa da história. Diante dessas percepções, torna-se evidente que a CAMIG permanece como um ponto de referência afetiva e histórica para a população de Matias Barbosa. Mesmo após o destombamento, o prédio continua carregado de significados e memórias que fortalecem o sentimento de pertencimento da comunidade. Esse apego revela que a valorização do patrimônio não depende apenas de sua proteção legal, mas principalmente da maneira como a população o reconhece e se relaciona com ele ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou alguns pontos importantes na gestão pública do patrimônio cultural no município. A falta de transparência no processo de destombamento e a ausência de participação social reforçam a necessidade de políticas mais dialogadas, que considerem a população como parte essencial das decisões sobre bens históricos. A CAMIG se tornou um exemplo claro de como processos conduzidos sem escuta podem gerar distanciamento e insatisfação coletiva. Por outro lado, o forte interesse demonstrado pelos moradores em ver o prédio novamente ocupado mostra que existe potencial para que o espaço seja ressignificado. Projetos culturais, educativos ou turísticos poderiam não apenas recuperar o uso da edificação, mas também fortalecer a identidade local e

incentivar a circulação de pessoas e atividades no centro urbano, a CAMIG se apresenta como uma oportunidade de integração entre memória, desenvolvimento cultural e turismo.

Reconhece-se, como limitação da pesquisa, que uma das perguntas do questionário pode ter induzido determinadas respostas ao sugerir previamente a ideia de negligência por parte do poder público em relação ao prédio da CAMIG. Tal formulação pode ter influenciado a percepção dos respondentes, aspecto que deve ser considerado na interpretação dos resultados.

Seguem em anexo os documentos que compõem a pesquisa incluindo as fotografias
https://drive.google.com/drive/folders/1NgG1VjhUE8Ostuv2x_iapR3xVHDiaUHW

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário de. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 30 nov. 1937.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

CASTRO, Celso. O Iphan e o Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: IPHAN/CPDOC, 2011.

CODEMIG. HISTÓRICO. Disponível em: http://www.codemig.com.br/a-codemig/historico/

CHAGAS, Mário. O Brasil e a preservação do seu Patrimônio Cultural. Revista Patrimônio, n. 32, p. 11-20, 2003.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ROCHA, Beatriz Alves Goulart; CUNHA, Claudia dos Reis e. A ampliação dos modelos de gestão do patrimônio: a importância da participação comunitária para as cidades de pequeno porte e com exemplares arquitetônicos modestos. Revista CPC, v. 14, n. 28, p. 8-36, 2018

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro, URRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Autoria da Cultura: Patrimônio, Desigualdade e Identidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

MOTTA, José Flávio. A política do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a atuação do IPHAN e a Constituição de 1988. Revista de Direito Administrativo, n. 238, p. 1-28, 2004.

REVISTA DO EMPRESÁRIO. Debatidos os problemas da cafeicultura mineira. Revista do Empresário- Associação do Comércio do Rio de Janeiro.Ano XXII, nº 876. Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1958. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=11377&pesq=

RIEGEL, Alois. O Culto Moderno aos Monumentos: sua essência e sua gênese. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio Cultural: evolução e desdobramentos de um conceito. São Paulo: Cortez, 2009.

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972). Paris: UNESCO, 1972.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003). Paris: UNESCO, 2003.